

Educação

Os "brizolões" de Collor

A decisão do presidente Fernando Collor de construir 5 mil escolas de tempo integral para o atendimento de 4 milhões de crianças carentes de até 12 anos, a partir de um projeto inspirado nos Centros Integrados de Educação (Cieps) que foram construídos no Rio de Janeiro pelo governador Leonel Brizola, entre 1983 e 1987, revela a maneira como nossos dirigentes se acostumaram a tratar a educação: como uma questão meramente política e não como um grave problema de natureza social que deveria ser a principal prioridade do governo.

Desde que assumiu seu mandato, em março do ano passado, o presidente Fernando Collor, diante da escassez de recursos e da escalada inflacionária, impôs uma drástica redução das despesas correntes da máquina governamental e ordenou o cancelamento de quase todos os investimentos em novos projetos, procurando assim implementar de maneira rigorosa o programa de saneamento das finanças públicas, de estabilização da moeda e de reforma do próprio aparelho estatal elaborado pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello. No entanto, desde que o ex-governador Orestes Quércia se lançou candidato à sua sucessão, o atual presidente decidiu aliar-se com o governador Leonel Brizola para enfrentar a campanha do ex-governador paulista.

Um dos primeiros frutos dessa aliança é esse ambicioso **Projeto Minha Gente**, destinado a construir 5 mil "brizolões". Mas, como no Rio de Janeiro a experiência dos Cieps foi apenas um sucesso de **marketing** político e um estrondoso fracasso, em termos educacionais, entre outras razões porque o governador Brizola prometeu no seu primeiro mandato construir 500 deles e acabou entregando somente cem, construídos a um custo tão alto que a rede oficial de escolas "tradicionais" acabou sendo relegada ao mais absoluto abandono, em que medida se pode levar a sério a promessa do governo federal de construir 5 mil Cieps em somente quatro anos?

Exigindo um fantástico investimento hoje estimado em US\$ 3,8 bilhões e mais a contratação de pelo menos 250 mil novos funcionários e novos professores, o que deverá aumentar de maneira significativa os gastos do governo federal com o custeio de sua máquina, esse mirabolante projeto contraria abertamente as principais diretrizes da política de saneamento das finanças e de reforma do Estado adotadas pelo chefe da Nação. Além de estar sendo formulado às pressas, por causa da repentina convergência de interesses eleitorais de dois políticos que se agrediram reciprocamente durante a campanha de 1989, o **Projeto Minha Gente**, se realmente vier a ser levado adiante, deverá gerar sérios problemas dentro do próprio governo.

Um desses problemas decorre do fato de que sua coordenação não foi entregue ao ministro da Educação, que tem por função básica gerir as verbas oficiais do setor e administrar a rede escolar federal, mas sim ao ministro da Saúde, cuja obrigação funcional é cuidar da rede médico-hospitalar pública. A esse conflito de competências, configurando uma situação absurda no âmbito de um governo que fez da racionalização e modernização administrativa uma de suas bandeiras, deve-se acrescentar outro fato inadmissível: há alguns meses, o ministro da Educação lançou solenemente o Programa de Ação do Governo para a Educação, a um custo de Cr\$ 5,59 trilhões, com o objetivo de dar um atendimento diferenciado às mesmas crianças que se pretende beneficiar pela construção dos "brizolões". Como o programa do ministro Chiarelli é incompatível com o projeto inspirado nos Cieps do governador Brizola, isso significa que ou os cofres federais estão abarrotados de recursos só para a educação ou o governo está prometendo o que não pode cumprir, iludindo a opinião pública com promessas demagógicas.

É porque tem sido tratado desse modo absolutamente inconsequente que o ensino público brasileiro chegou ao triste estado em que hoje se encontra.